

A Guerra do Irã e a transição energética¹

Nivalde de Castro²

Vitor Santos³

Diante dos acontecimentos recentes no Golfo Pérsico, o objetivo deste artigo é analisar a Guerra do Irã sob a perspectiva geopolítica energética mundial e o seu contraponto com o processo de transição energética.

O ataque dos EUA possui um elemento transversal, o setor energético, em razão da importância das reservas de petróleo e gás natural do Irã e dos países do seu entorno e dos seus principais importadores, os quais, como era previsível, estão sendo impactados com a redução de produção e das exportações desses recursos energéticos.

De pronto, e independente das outras motivações bélicas, o impacto imediato recai sobre os preços do petróleo e do gás natural. Porém, mais relevante e complexo, se abre um cenário de instabilidade que propaga ondas de incerteza em escala mundial, dada a importância da região na produção desses insumos energéticos para a economia mundial.

O encerramento do Estreito de Ormuz, que liga o Golfo Pérsico ao Oceano Índico, tem impacto global, pois constitui o principal eixo energético do planeta. Com o seu bloqueio, vários países produtores de petróleo e gás natural - nomeadamente Arábia Saudita, Iraque, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Irã - ficam com a sua capacidade de exportação fortemente limitada, enquanto muitos países importadores, em particular na Ásia, enfrentam dificuldades de abastecimento de petróleo e gás natural.

Para se ter uma dimensão da sua importância do Estreito de Ormuz, cerca de 20% do petróleo consumido mundialmente passa por ali e mais de 90% desse fluxo

¹ Artigo publicado no Broadcast Energia. Disponível em:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/746/55324516>. Acesso em: 10 de mar. 2026.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador-Geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL-UFRJ).

³ Professor Catedrático do Instituto de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.

destina-se a países asiáticos, representando, por exemplo, cerca de 45% a 50% do petróleo importado pela China. E também aproximadamente 20% do gás natural liquefeito (GNL) comercializado mundialmente, do qual cerca de 80% se destina a países asiáticos, sendo aproximadamente 24% para atender o mercado chinês.

Isto significa que o bloqueio do Estreito de Ormuz prejudica simultaneamente os produtores do Golfo Pérsico e os principais consumidores asiáticos de petróleo e gás natural, que apresentam uma elevada dependência das importações de combustíveis fósseis.

Para suprir as suas necessidades energéticas, os países asiáticos tendem a procurar redirecionar fornecimentos anteriormente destinados a outras regiões, nomeadamente aos países da União Europeia. Assim, apesar de os fluxos energéticos que atravessam o Estreito de Ormuz terem um impacto direto sobretudo nos países asiáticos, as suas consequências acabam por ser globais, afetando também a Europa, que permanece significativamente dependente das importações de combustíveis fósseis.

No dia 4 de março, após o encerramento do Estreito de Ormuz, o presidente Vladimir Putin afirmou que a Rússia poderia deixar de fornecer gás à Europa, sugerindo que seria mais racional redirecionar as exportações para outros mercados, nomeadamente na Ásia.

Nesse contexto, num período da primeira semana do conflito, o preço do barril de petróleo do tipo Brent registrou um aumento de cerca de 17%, enquanto o TTF (contrato de referência do gás natural na Europa) apresentou uma subida de cerca de 59%. Por sua vez, a cotação do Henry Hub (referência do preço do gás natural nos Estados Unidos) manteve-se relativamente estável.

Este conjunto de dados permite concluir que o encerramento do Estreito de Ormuz penaliza os produtores de petróleo e gás natural do Golfo Pérsico, os países asiáticos - em particular a China - e a Europa, podendo, por outro lado, gerar efeitos positivos para os Estados Unidos e Rússia, que podem beneficiar da subida dos preços globais do petróleo e do gás natural.

Em função de os EUA possuírem um alto grau de independência energética, uma vez que detêm cadeias produtivas e reservas de petróleo e gás natural, os impactos e incertezas são, ao contrário do resto do mundo, bem menos problemáticos. A razão dessa diferenciação é que, em 2025, os EUA foram o maior produtor mundial de petróleo, inclusive à frente de Arábia Saudita e Rússia, ficando em terceira posição nas exportações mundiais. Em relação ao gás natural, os EUA também são o maior produtor mundial, superando a Rússia e o Irã, mas ficando em terceiro lugar nas exportações por conta da posição superior da Arábia Saudita e da Rússia.

Outro indicador relevante nos estudos sobre o setor energético são as reservas que os países detêm de petróleo e gás natural. Neste indicador, em 2025, os EUA ficam em desvantagem, por exemplo, em relação ao Irã. No caso do petróleo, as

reservas iranianas ocupam o 3º lugar no ranking mundial, enquanto os EUA se posicionam em 9º. Com relação ao gás natural, Irã é o 2º maior detentor das reservas globais, ao passo que os EUA se situam em 5º. Esta posição no ranking das reservas mundiais certamente ajuda a explicar a intervenção na Venezuela, que detêm as maiores reservas de petróleo mundial. Por sua vez - e este dado é muito importante para entender os entornos e contornos geopolíticos energéticos do atual conflito - os EUA são os maiores consumidores de petróleo e gás natural do mundo, com 20% e 22% do consumo global, respectivamente.

Assim, em termos bem pragmáticos, essa guerra não afeta o suprimento interno estadunidense desses recursos estratégicos, impactando somente os preços. No entanto, o conflito cria concretas oportunidades de novos contratos de exportação para empresas norte-americanas, a exemplo do que ocorreu com a Guerra da Ucrânia, quando os EUA se tornaram o maior exportador de GNL para a Europa, em substituição à Rússia, passando a representar 45% das importações europeias totais em 2025.

Em síntese, a Guerra do Irã, bem como a da Ucrânia e, em especial, a inusitada intervenção na Venezuela, que colocou sob controle estadunidense a maior reserva de petróleo do mundo, não criam problemas estratégicos e riscos sistêmicos para os EUA em relação ao suprimento interno de petróleo e gás natural, mas sim para os países importadores. Ao mesmo tempo, criam oportunidades ultracompetitivas de novos negócios muito favoráveis para os EUA. Esse dinâmico e favorável contexto aos EUA fundamenta a estratégia política da "destransição energética" adotada por Trump.

Nestes termos analíticos, os problemas mais graves oriundos das Guerras do Irã e da Ucrânia recaem, principalmente, sobre os países que apresentam elevada dependência de importação de petróleo e gás natural, colocando-os ainda mais frágeis em relação à segurança energética. Entre esses países, merecem destaque os membros da União Europeia e a China, examinados a seguir, tendo como elemento analítico a transição energética.

A União Europeia passou por um trauma energético com a Guerra da Ucrânia ao ser defrontada com a realidade de possuir uma altíssima dependência da importação do gás russo. Os preços dispararam e a inflação em alguns países atingiu dois dígitos, determinando um efeito em cadeia regressivo sobre as atividades econômicas como um todo. Os anos dourados de gás russo ao custo mais competitivo em escala global permitiram a construção de uma rede capilar de gasodutos. Em paralelo, a partir do Século XXI, a União Europeia passou a priorizar estratégias políticas para a transição energética, focadas nos investimentos em tecnologias de fontes renováveis, notadamente as energias eólica e solar, com o duplo objetivo de aumentar a segurança energética e tentar reduzir os impactos ambientais.

Uma hipótese que merece atenção é que o suprimento abundante e barato do gás russo possa ter retardado ações mais concretas para transição energética,

associado, também, ao modus operandi da governança da União Europeia que sempre precisa firmar consenso entre 27 países, com margens mais flexíveis de implementação nacional das diretivas aprovadas em Bruxelas. Esta hipótese passa a ter fundamento se for examinada à luz da lógica Schumpeteriana da Destruição Criativa. Nesta teoria, os produtos das indústrias nascentes derivados de novas tecnologias, são sempre mais caros e, conseqüentemente, menos competitivos do que os produtos das indústrias maduras, o que requer, portanto, políticas públicas de incentivos permanentes e planejadas para proporcionar escalabilidade. Possivelmente a maior diferença determinada pelo custo do gás russo diminuiu a capacidade de criação das novas de cadeias produtivas.

A Guerra do Irã recoloca, novamente, a necessidade de acelerar o processo da transição, com a pragmática necessidade de adiar as metas de descarbonização e reduzir a influência do mercado de carbono. Assim, para a União Europeia, o problema é menos de suprimento energético, em especial graças às empresas estadunidenses, e mais de preço. Em suma, a alternativa basilar para o Velho Continente é enfrentar as incertezas e reduzir a dependência das importações dos recursos energéticos não renováveis através da aceleração do processo de transição energética.

No caso da China, aparentemente o problema é mais grave, em razão de vários fatores, com destaque para (i) o nível de consumo muito alto de petróleo e gás natural para suportar o alto crescimento econômico, (ii) a insegurança energética, medida pelo nível das importações desses dois recursos energéticos, (iii) o baixo nível relativo das reservas de petróleo e gás natural no país e (iv) a grande dependência da importação de petróleo e gás natural dos países que estão no entorno da Guerra do Irã. E um detalhe da dimensão do problema: o Irã exporta quase toda a sua produção de petróleo para China, o que representa cerca de 14% das importações totais chinesas.

Há alguns anos, a China vem fazendo um movimento de diversificar os seus fornecedores de petróleo e gás natural, entre os quais, mais recentemente, se destaca a Rússia, que, a partir dos embargos impostos como represália à invasão da Ucrânia, firmou parceria estratégica com o governo chinês, já sendo o seu maior exportador de petróleo e o terceiro de gás natural através de gasodutos. Essa tendência de aliança com a Rússia deve aumentar de forma significativa, por ficar completamente fora da órbita do mercado mundial e das incertezas da influência estadunidense.

Entretanto, a postura e posição mais qualificada e promissora da China é dar ainda maior ênfase às estratégias dos planos, programas e ações direcionados à transição energética. O país possui uma grande vantagem frente às políticas adotadas pela União Europeia, tendo em vista que o planejamento estratégico é centralizado, determinativo e com visão de longo prazo. Trata-se de uma estratégia de superação com vários exemplos de sucesso com destaque para a indústria de veículos elétricos, painéis solares e sistemas de armazenamento de baterias com forte atuação global.

Nestes termos, é previsível que a China vá acelerar ainda mais os investimentos em inovações tecnológicas, como o hidrogênio de baixo carbono, e em rotas tecnológicas maduras subordinadas ao processo de transição energética, como energia nuclear, usinas hidrelétricas reversíveis e centrais termoeletricas, entre outras. Todo o esforço será para reduzir o consumo de petróleo e gás natural na China e, conseqüentemente, a dependência de importações, em um mercado global cada vez mais influenciado e dominado pelos EUA.

Por fim, e já concluindo, a Guerra do Irã, do ponto de vista analítico do setor energético, apresenta cenários de incertezas em relação aos preços e ao suprimento de petróleo e gás natural. Trata-se, assim, de um risco elevado, mas não só energético, seja pela propagação de incertezas que afetam a dinâmica econômica, seja, principalmente, pela vertente geopolítica. Neste campo, a possibilidade de outras ações militares e econômicas dos EUA que ampliem ainda mais a sua hegemonia no mercado mundial de petróleo e gás natural, irá impactar ainda mais os países com baixo grau de segurança energética, como é o caso da União Europeia e, principalmente, da China.

Portanto, a solução fundamental e estratégica central é acelerar o processo de transição energética, com foco, especialmente, no aumento da segurança energética. Só assim, estes países poderão se blindar contra as incertezas da geopolítica energética impostas pelos EUA.